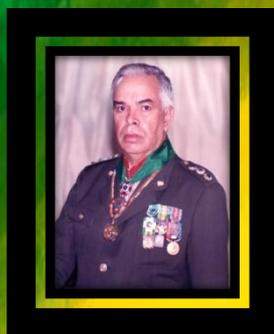


# A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL, LUSO-BRASILEIROS E INGLESES EM 1808



Veterano Cel Eng e EM Claudio Moreira Bento



LIVRO DIGITAL

Capa por Camila Karen C. S. Renê, com as cores da bandeira do Brasil ao fundo, feita sob a orientação do autor.

## **SUMÁRIO**

**Antecedentes p.2**

**A Conquista de Caiena por Portugal p.4**

**Organização da Força Expedicionária p.5**

**Os combates Organização da Força Expedicionária p.5**

**A capitulação e entrada em Caiena p.6**

**Vitória final p.7**

**Currículo cultural sintético Cel Cláudio Moreira Bento p. 8**

**Currículo sintético autora da capa p.10**

## **A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL, LUSO-BRASILEIROS E INGLESES EM 1808**

### **Antecedentes**

Em 1637, o rei Felipe IV de Espanha e III de Portugal, doou a capitania do Cabo do Norte (atual Amapá) a Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, por serviços militares prestados na expulsão de estrangeiros, da entrada do rio Amazonas. Foram usados os jesuítas para consolidar a capitania do cabo Norte, os quais tinham suas bases de missões entre os rios Araguari e Oiapoque, cartografadas pelo Padre Conrado Pfeil.

Em 1640, foi desfeita a União das Coroas Ibéricas (1580/1640) e D. João IV, rei de Portugal, em 1665 reconheceu a patente de capitão-mor e senhor daquela capitania hereditária, de Bento Maciel.

Esta capitania ia do Cabo Norte, ao sul, ao Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de litoral. Residia aí a origem da soberania luso-brasileira sobre o atual Amapá.

Os ingleses e franceses também voltaram para as Guianas, respeitando, de início, o limite com Portugal, ou seja, o Oiapoque.

Em 22 de maio de 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do Oiapoque, onde estabeleceu uma colônia com 76 homens, chamada pelos índios de Caribote, que malogrou em 31 de maio de 1606.

Em 17 de maio de 1698, o inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou na margem esquerda do Oiapoque, fundando nova colônia que também teve curta duração.

Os franceses, em 1633, com permissão do Cardeal Richelieu organizaram a Companhia do Cabo Norte ou Guiana, na região entre os rios Maroni e Oiapoque, mas ela fracassou. Após a concessão a Bento Parente da Capitania do Cabo Norte foi estabelecida na área a 2ª Companhia do Cabo Norte, liderada por Jacob Bomtemps. Ele tinha a permissão de explorar as terras entre o Orenoco e o Amazonas. Mas dos 300 franceses que desembarcaram em Caiena, em novembro de 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Em 29 de dezembro de 1652, a França organizou nova companhia. E 500

homens desembarcaram em Caiena, com permissão para ocupar toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado à soberania de Portugal sobre o atual Amapá.

Era a França Equinocial, tendo como principal acionista desta companhia o Secretário-Geral da Marinha da França.

Mas, em menos de um ano, cerca de 400 colonos franceses foram exterminados por doenças tropicais. Os poucos que restaram foram transportados para o atual Suriname por um navio holandês.

Em 1664, foi fundada Caiena, capital da Guiana Francesa.

Em 17 de novembro de 1678, a Espanha, pelo Tratado de Nimègue, cedeu à França seus supostos direitos sobre o Cabo do Norte (Amapá), anulando a concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente. Então o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal atacou o Forte de Cumau (Macapá) e o retomou aos franceses, restaurando a soberania luso-brasileira sobre o Amapá.

Foi providencial esta retomada, assim consolidada em razão de, na Europa, a Liga de Augsburg: Inglaterra, Espanha, Holanda e Alemanha terem colocado um fim ao expansionismo do rei Luís XIV da França, o que teve efeitos diretos em nosso território no Amapá.

O Governador Antônio de Albuquerque reagiu, equipando expedições lideradas pelos capitães Francisco de Souza e Souza Fundão, que retomaram as fortificações e aprisionaram os invasores e seu material de guerra e até uma bandeira, como troféu.

Mas os franceses pressionavam o Amapá através de missionários e de colonos escravizadores de índios e de pescadores autorizados por Caiena. E os luso-brasileiros, civis, militares e religiosos se opunham a estes intrusos aprisionando-os e devolvendo-os à Guiana.

Flotilhas de canoas foram construídas em Belém, consagrado ponto de irradiação luso-brasileira sobre o Cabo Norte (Amapá), como o foi Gurupá, centro irradiador da expansão luso-brasileira para o interior da bacia Amazônica e ponto de partida do Capitão Pedro Teixeira para a conquista da Amazônia em 1637, as quais, guarnecidas por soldados de Infantaria, policiavam a costa do Amapá, assegurando a soberania luso-brasileira.

Um dos resultados das decisões tomadas pela Liga de Augsburg foi a assinatura do Tratado Provisional, entre Portugal e França, em 1700. Tratado que, felizmente, teve curta duração. Por este Tratado, a França concordou em neutralizar a capitania do Cabo do Norte (Amapá). Portugal teria de abandonar e demolir os fortes, construídos no atual Amapá. O Rei D. Pedro II assinou-o, sob pressão de ameaças de Luís XIV, com sérios prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, entre Portugal e França que, pelo artigo IX, anulou o Provisional de 1700. Os franceses pressionaram, mas em 1713 a fronteira foi declarada como sendo no Oiapoque.

Expedições militares, em 1723 e 1728, foram até o Oiapoque, comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Diogo Pinto Gavier Botero e Francisco de Melo Palheta, para localizarem os marcos de pedra balisadores de fronteira, os quais os franceses destruíram para confundir.

Houve forte tensão militar, e Portugal acabou afirmando a fronteira no Oiapoque.

A França renunciou, pelo artigo VII, a todas as suas pretensões no Cabo do Norte (atual Amapá), situadas entre o Amazonas e o Oiapoque. E reconheceu a posse plena do Amapá por luso-brasileiros.

Em fevereiro de 1727, o Governador-Geral do Estado do Maranhão enviou reclamação a Claude D'Orvilliers, governador da Guiana Francesa, exigindo observância do Tratado de Utrecht, constantemente violado pelos franceses, que traficavam índios em terras sob controle de Portugal.

Seguiu-se um período de calma, até o advento da Revolução Francesa, em 1789, ocasião em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governador do Pará, projetou a conquista da Guiana Francesa, mas o projeto não foi aprovado por Portugal.

Pombal havia ampliado a Fortaleza de São José de Macapá, guarnecendo-a com 62 canhões e com um Regimento de Infantaria.

Mas a idéia do Governador do Pará foi posta em prática em 1808, pelo Conde de Linhares, seu irmão, e nosso Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, hoje com Museu Militar em sua memória em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como organizador de nossa estrutura militar.

Após uma série de lutas desenroladas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em território francês, houve uma mudança de posição do governo espanhol em favor da França.

Em 27 de março de 1802, a Grã-Bretanha, que combatia os franceses, assinou um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Esse tratado, firmado em Amiens, fixava a fronteira pelo rio Araguari, para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana Francesa. Portugal, ausente, não aderiu a estas resoluções do Tratado de Amiens.

### **A Conquista de Caiena por Portugal**

Com a invasão da península ibérica pelos franceses, e a entrada do General Junot em Lisboa, o governo português emigrou para o Brasil, de onde continuou a governar Portugal e seu Império Ultramarino.

Em 22 de janeiro de 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a Família Real, a corte e o governo.

Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar em definitivo os limites do Brasil no rio Oiapoque. Declarou nulos os tratados anteriores impostos pela força das armas e ordenou a expulsão das tropas francesas de Caiena.

A organização da expedição coube ao Tenente-General José Narciso de

Magalhães de Menezes, Governador e Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Rio Negro (atuais Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima).

A expedição foi formada basicamente por brasileiros, mas também com oficiais e praças ingleses e portugueses.

Seu objetivo militar, segundo proclamação de seu comandante, ficou bem claro em 1º de outubro de 1808:

**“Se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com os antigos padrões, firmados com a posse útil daqueles territórios e já nos primeiros tempos cultivados por vassallos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht”.**

### Organização da Força Expedicionária

A força terrestre foi comandada pelo Tenente-Coronel Manoel Marques d’Elvas.

Foi constituída por duas companhias de Granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha, duas companhias de Caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e 1 companhia de Artilharia.

A 3 de dezembro de 1808, ela deixou o Pará. E chegou à baía do Oiapoque, onde as tropas expedicionárias desembarcaram e ocuparam posição na sua margem esquerda. A força naval era constituída pela corveta inglesa **Confiance** (20 bocas de fogo), sendo comandante o Capitão-de-Mar-e-Guerra James Lucas Yeo; pelos brigues **Voador** e **Infante D. Pedro**; pela escuna **General Magalhães** (12 canhões), pelos cuters **Vingança** e **Leão** (oito canhões cada) e por três barcos-transporte.

Integravam a expedição cariocas, fluminenses, paulistas, mineiros e um contingente desoldados paraenses.

### Os combates Organização da Força Expedicionária

Não houve resistência no desembarque da Expedição, que marchou ao encontro do inimigo.

Em 15 de dezembro, combateram com o fortim Apronague, que foi conquistado, depois de breve combate, pelos CMG Lucas Yeo e CT Luís da Cunha Moreira.

Prosseguindo nas ações, em 7 de janeiro de 1809, o CMG Lucas Yeo e o Major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram, às 0300 horas da madrugada, na costa oriental da ilha de Caiena, na entrada do Mahuri.

Após este desembarque naquela região, o CMG Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vigorosos combates, apoderou-se da bateria do barco **Diamant**, com 3 peças, cujo comandante, Capitão Chevreuil, morreu na ação.

O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 luso-brasileiros, em violenta

luta, conquistou a bateria de Degras-des-Cannes.

Terminado o confronto, o comandante da Expedição, Manuel Marques, desembarcou à frente de 350 luso-brasileiros e atacou a bateria Trió.

Finalmente, às 1800 horas, nossa Infantaria ficou dona da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy.

Às 1900 horas, o comandante Marques de Souza repeliu um contra ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana.

No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate. Os franceses, manobrando à noite, ocuparam uma posição junto ao canal Torcy. Coube ao comandante Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados luso-brasileiros, travar nova luta, desalojando-os da posição, e apoderando-se de duas peças de Artilharia de Campanha.

### **A capitulação e entrada em Caiena**

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 de janeiro de 1809. No dia 10, foi enviado um parlamentar ao governador da Guiana, Hughes. E este fez um pedido de trégua, por 24 horas, e indicou lugar onde pudesse solicitar explicações e fazer sua proposta.

Em 12 de janeiro, foi assinada a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre o Tenente-Coronel Manuel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas de terra e mar, do Brasil e da Grã-Bretanha, e Victor Hughes, governador de Caiena.

Foi ajustada a entrega da Guiana Francesa ao príncipe-regente D. João, sendo concedidas à guarnição francesa de Caiena as honras de guerra e seu transporte até à França.

As tropas luso-brasileiras e inglesas entraram em Caiena em 14 de janeiro de 1809.

O Tenente-Coronel Manuel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará escreveu:

“O artigo 1.º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros.

A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, e são a todo 593 homens.

E para se dar cumprimento aos artigos 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes.

Os negros, a quem se devia a liberdade, também embarcaram. Achou-se na praça muita Artilharia, porém quase toda desmontada e muito pouca munição de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão.

Sendo necessário velar pela segurança interior, política e pela tranqüilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse destas importantes comissões, organizei uma Junta Provisória, como verá, composta de 8 dos principais habitantes (da Guiana), cuja constituição, deveres e condições verá V. Exa. na Ordenança n.º 7, pela qual a instituí e acreei...”

## Vitória final

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e com a plena posse de toda a Guiana, estava encerrada a parte militar do período.

Destaque-se o desempenho em ação de nossos combatentes. O episódio serviu não só para testá-los, como também para impor nossa soberania diante de soldados de uma das maiores potências militares da época.

Foi mais uma página de valor e glória, escrita na História Militar do Brasil.

Este ato de guerra firmou a soberania e o limite norte do Brasil no rio Oiapoque, além de hostilizar a França, invasora de Portugal, forçando a vinda, para o Brasil, da família real, da corte e do governo.

O primeiro acordo entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do ato final do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815.

O Barão do Rio Branco escreveu em suas **Efemérides Brasileiras**:

“O artigo 107 tratava nos seguintes termos a restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 por Portugal:

Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para com Sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque”.

Era mais uma afirmação da soberania do Brasil sobre a atual Amapá.

A Guiana foi devolvida à França em 1817, depois de nove anos sob domínio de Portugal. Mas a pendência continuaria até 1900 quando, por laudo arbitral, foi definido o Amapá como território brasileiro.

Como se conclui, o Amapá, de igual forma que o Rio Grande do Sul, se constituiu em fronteiras do Vai e Vem, pelas oscilações de seus limites, fruto de disputas diplomáticas e militares, felizmente vencidas por Portugal e depois pelo Brasil e para as quais concorreram os soldados luso-brasileiros e depois brasileiros.

Os portugueses travaram luta épica, no atual Amapá, contra os estrangeiros e índios e contra a natureza hostil do local, em especial a sua insalubridade.

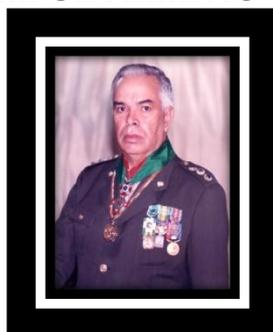
A região era encharcada pelas águas dos inúmeros lagos da bacia do Araguari e de outros rios, o que a tornava impraticável no inverno. Mas a orientação estratégica de Portugal foi manter o Amapá a todo o custo.

Nesta tarefa distinguiram-se dois soldados e grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho.

Gomes Freire fez Portugal visualizar a importância estratégica militar do Amapá. Antônio Albuquerque viajou pelo Amapá mais de uma vez e desfechou uma ofensiva contra os franceses, os índios hostis e o meio ambiente hostil do Amapá.

A saga da definição do destino brasileiro do Amapá é relatada com minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo já falecido historiador Sílvio Meira na obra *Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá*. (São Paulo, SUP, 1989), na qual prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

### **CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO EM SETEMBRO DE 2023**



#### **Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista**

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo *As Guerras Holandesas, da História do Exército perfil Militar de um Povo*. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos inclusive sobre o Espadim de Caxias, arma privativa dos cadetes, Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980 onde crou em sala espacial o Arquivo da FEB. E autor de mais de 150 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Publicou : **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, do quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército , comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em

Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas além de diversas condecorações militares e civis. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS, na construção do Tronco Ferroviário Sul considerado serviço de natureza nacional relevante. Tendo recebido de seu comandante como prêmio para sua Companhia uma caminhonete Aero Willys por haver sua companhia haver batido um record de 20 metros de perfuração semanal do Túnel 20, então considerado o maior da América do Sul, na bitola 4,90 de largura. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. É cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, Itajuba e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagunde e foi lançada no ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançou seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano de 2023 completara 92 anos de idade. Se Deus quiser!. Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). E-mail [bento1931@gmail.com](mailto:bento1931@gmail.com) Toda a sua obra historiográfica esta disponível em seu site, criado e administrado por seu filho Veterano Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento. Obrigado a extinguir a FAHIMTB em 20 dez 2019, por falta de recursos para mantê-la por termino de seu contrato por PTTC, criou independentes 5 AHIMTB, até então dependentes da FAHIMTB, com a finalidade de se manterem fiéis ao espírito da FAHIMTB, durante os seus 23 anos de proficua existência.



Camila Karen Costa Santos Renê. Nasceu em 13 de novembro de 2001, filha de Daniel Renê de Oliveira e da pedagoga Josiane Costa Santos Renê. E possui a irmã Gabriela. Estudou no Colégio Estadual Olavo Bilac de 2012 a 2019 onde cursou o ensino fundamental e o ensino médio.

Trabalhou como secretária do Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) de 30 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2019 e, a partir desta data, como secretária particular do historiador Cel Cádio Moreira Bento.

Cursa Direito na Associação Educacional D. Bosco (AEDB) desde Fevereiro de 2022.

Foi condecorada pela Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, como Cavaleiro do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil, por sua destacada contribuição a História Militar Terrestre do Brasil e também como Colaboradora Emérita da extinta FAHIMTB.

Escreveu o livro digital **Relação de Diplomas, Medalhas, Troféus e etc no apartamento do Cel Bento em Resende-RJ.**

#### **Camila segundo o Cel Bento:**

“Camila iniciou a trabalhar comigo aos 15 anos, em outubro de 2017, quando cursava o 1º ano do Curso Médio no Colegio Estadual Olavo Bilac. Trabalhou comigo na sede da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) que eu havia fundado em Resende-RJ em março de 1996, a qual foi logo acolhida pela Academia Militar das Agulhas Negras AMAN.

E convidei seus pais, por ser Camila menor, para ver onde ela trabalharia. Eu me responsabilizei por ela. Ela trabalhava 3 vezes por semana, a tarde. Pois de manhã cursava o Curso Médio.

E Camila logo demonstrou grande vontade de aprender. Era muito aplicada, responsável e respeitosa. E logo passou a dominar o computador como habil digitadora e digitalizadora. Não precisava mais que uma explicação. Ela captava logo e executava o solicitado e era muito estimada pelos funcionários da Biblioteca da AMAN que me apoiavam. E também passou a dominar por completo o uso do Celular.

Em 20 de Dezembro 2019 com a extinção da FAHIMTB, por falta de recursos para a manter, em razão da extinção de meu contrato de Prestador de Tarefa para escrever e publicar a História do Exército e rompimento do apoio financeiro que de longa data recebia da FHE-POUPEX, tive de fundar independente 5 AHIMTBs que até então eram subordinadas a FAHIMTB e na

esperança que elas dessem continuidade ao trabalho da extinta FAHMTB.

E passei a trabalhar, ou melhor, me divertir continuando a escrever sobre a História do Exército por conta própria. Pois quem faz o que gosta e sabe fazer, não trabalha se diverte!

E contratei Camila para comigo trabalhar de acordo com as Leis Trabalhistas, para que ela pudesse patrocinar seu estudos de Direito na Faculdade de Direito da Fundação Educacional D.Bosco, na qual vem se destacando por suas boas notas.

Depois de 6 anos é muita expressiva a contribuição da Camila para o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro em especial. Por agilizar a produção de meus livros e artigos sobre História Militar e os encaminhando ao meu filho, o Veterano Capitão de Mar e Guerra Carlos Noberto Stumpf Bento, que desde a fundação da FAHIMTB criou e administra meu site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). Desenvolvimento rápido de meus Livros e Plaquetas, graças aos seus notáveis conhecimentos de Informática, que aprendeu sem curso e por curiosidade e do uso do Celular, além de realizar meus serviços de Bancos e Correios. Tudo com elevada presteza e dedicação exemplares.

Enfim, Camila tornou-se uma valiosa e prestimosa acessora deste historiador e jornalista. Desenvolveu uma boa capacidade e criatividade de fazer as capas de meus Livros e Plaquetas digitais e até estará sendo co-autora de alguns de meus livros digitais.

Esta é a jovem e dedicada Camila Karen que trabalha há 6 anos comigo e que a considero hoje uma espécie de bisneta do coração, pois até o momento não possuo bisnetos. Até ela respondeu todas as minhas perguntas sobre Informática e sobre o uso do Celular. Ela já construiu um belo nome, e votos de que ela continue a enriquecer o seu nome. Pois é muito importante em nossas vidas construir um belo e confiável nome.”